

Governo dá uma trégua aos invasores da orla

DARSE JÚNIOR

DA EQUIPE DO CORREIO

Antes de aplicar as multas e começar a derrubar as construções irregulares na orla do Lago Paranoá, o Governo do Distrito Federal (GDF) quer conversar com os envolvidos. Essa é a última posição oficial do governo em relação à invasão do espaço público na beira do lago. Há cerca de um mês, a promessa das autoridades era iniciar a ação no dia 1º de julho. O prazo se esgotou na quarta-feira, mas nada de concreto foi feito.

A Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) entregará hoje o relatório sobre a situação ambiental dos infratores do lago à Secretaria de Fiscalização e Atividades Urbanas (Sefau). O documento deveria ter sido entregue na sexta-feira. Na última semana, no entanto, houve troca no comando das secretarias. Vatanábio Brandão assumiu a Secretaria de Coordenação das Administrações Regionais (Sucar) e o coronel Almir Maia, ex-comandante da Polícia Militar, foi nomeado para a chefia da Sefau.

Pelo relatório, 34 moradores do Lago Sul e Lago Norte estão sujeitos à multa e à ação de demolição, por não apresentarem um Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD). Oitenta e quatro moradores foram notificados. Desse total, 50 apresentaram o plano. Em alguns casos, os fiscais aplicaram mais de uma notificação. As principais irregularidades na orla são a construção de píeres de cimento, muros de arrimo, aterramentos e edificações a menos de 30m das margens do Lago Paranoá.

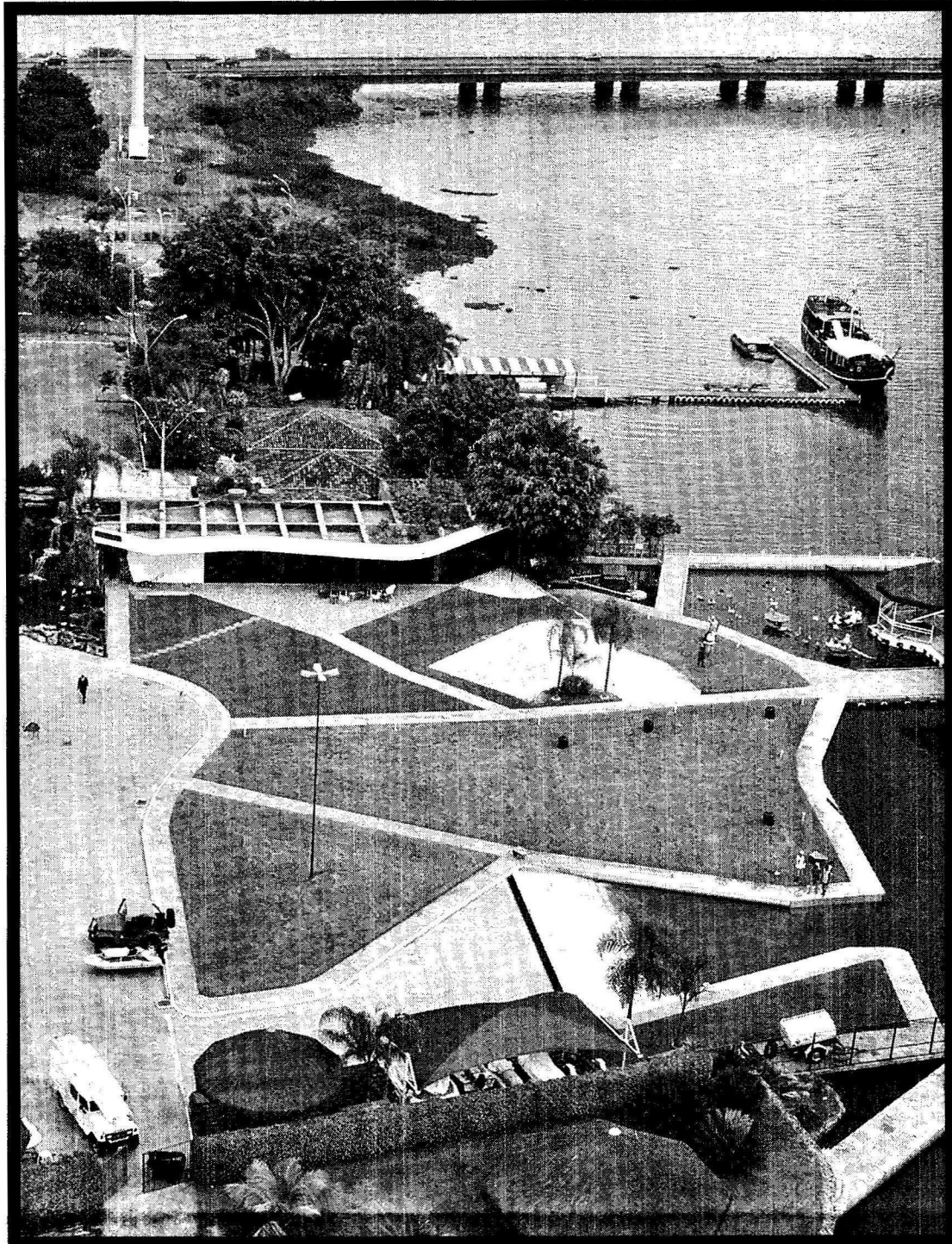
O Secretário de Meio Ambiente, Jorge Pinheiro, já adiantou que nem todas as construções serão derrubadas. Ele alegou que a destruição, nos casos mais graves, pode causar dano maior ao Paranoá. "O governador vai dar continuidade ao trabalho de recuperação e preservação da orla, mas antes vai conversar com todos os envolvidos", afirma o porta-voz do governo, Paulo Fona. O secretário do Meio Ambiente, primeiro a garantir que as derrubadas ocorreriam após o prazo, não foi encontrado para comentar a decisão.

Assoreamento

Para o ambientalista e ex-presidente do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Fernando Fonseca, a discussão sobre a degradação do espelho d'água deve ser ampliada. "Todos nós somos responsáveis pela conservação. A orla é importante, mas não é o único foco", comenta o especialista. "É preciso se preocupar também com o processo de assoreamento dos braços do lago", afirma.

O Lago Paranoá é formado por quatro braços: o Riacho Fundo, os córregos Bananal, Gama/Ca-

Wanderlei Pozzembom 10.5.04



CONSTRUÇÕES IRREGULARES NA ORLA DA QL 4 À QL 7 DO LAGO SUL: RELATÓRIO APONTA 34 OBRAS A SEREM DEMOLIDAS

USO RESTRITO

Por fazer parte de uma Área de Preservação Permanente (APP), a orla do Lago Paranoá é de uso restrito. Uma APP é criada para proteger a área ao redor de rios, córregos, mananciais hídricos e reservatórios artificiais, para preservar os recursos hídricos e a biodiversidade e assegurar o bem-estar das populações.

De acordo com a Lei de Crimes Ambientais, construir ou destruir APP é crime passível de multa. Confira o que pode e o que é proibido fazer na orla do Paranoá.

PERMITIDO

- ✓ Arborizar a Área de Preservação Permanente
- ✓ Colocar píer de madeira,

que possibilite a circulação de água

PROIBIDO

- ✓ Edificação ou construção de churrasqueiras, quadra esportiva e piscina
- ✓ Píer de concreto
- ✓ Murada de pedra para embarque e desembarque de lanchas, jet-skis

beça-de-Veado e Torto. Todos eles apresentam acelerado processo de assoreamento, pelo qual detritos sólidos são levados e depositados no fundo do lago, diminuindo assim a profundidade do espelho d'água. "O processo de assoreamento é natural, mas seu ritmo é lento. Com a ocupação desordenada em todo o DF a velocidade é aumentada consideravelmente", explica Fernando Starling, assessor para

manejo da Bacia do Paranoá pela Companhia de Água e Esgoto de Brasília (Caesb).

O braço mais degradado é o do Riacho Fundo. "Os outros três estão em Áreas de Proteção Ambiental e, por isso, naturalmente são menos atacados", explica Starling. Em segundo lugar vem o córrego Bananal, que passa próximo à Ponte do Braguito, em terceiro está o Gama/Cabeça-de-Veado, na QL 16 do Lago Sul, e,

por último, o Torto, no Varjão.

"Para recuperar, é preciso cuidar dos leitos dos córregos, replantar a mata de galeria destruída e, se possível, realizar o processo de dragagem", ensina Starling. O processo de dragagem, pelo qual os detritos são retirados do fundo do lago, é extremamente caro. Ele custa R\$ 15 por metro cúbico, ou seja, uma caixa d'água padrão, de mil litros, ficaria em R\$ 15 mil.